

PROGRAMA PÉ-DE-MEIA: UM INCENTIVO FINANCEIRO- EDUCACIONAL PARA A PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO NO ENSINO MÉDIO PÚBLICO

 <https://doi.org/10.56238/arev6n4-116>

Data de submissão: 09/11/2024

Data de publicação: 09/12/2024

Rogéria Fatima Madaloz

Mestre em Educação nas ciências - UNIJUÍ

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social – Unicruz

Joice Nara Rosa Silva

Mestra em Letras - Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social – Unicruz

Sirlei de Lourdes Lauxen

Doutora em Educação pela UFRGS, com Estágio pós-doutoral em Educação pela UFRGS/ULisboa

Docente - Unicruz

Vanessa Steigleder Neubauer

Doutora em filosofia /Unisinos

Docente – Unicruz

Daiane Caroline Tanski

Mestrado Em Práticas Socioculturais E Desenvolvimento SOCILA – Unicruz

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social – Unicruz

Luana Possamai Menezes

Mestrado acadêmico em enfermagem pela UFRGS

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social – Unicruz

Diego Batista da Silva

Mestrado em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social – Unicruz

Rodrigo Antonio Rodrigues Alves

Mestre em Administração - UNISC

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social – Unicruz

RESUMO

O Programa Pé-de-Meia, pelo Decreto nº 11.901, aborda desafios do ensino médio público com incentivos financeiros a estudantes de baixa renda. A pesquisa, descritiva e analítica, revisa legislação e literatura sobre evasão e desigualdades, incluindo dados estatísticos. Destaca-se a eficácia do Pé-de-Meia em diversas fases do ensino médio, atuando na entrada, permanência e conclusão dos estudos. Responde à necessidade de trabalho, correlacionando contexto familiar e frequência escolar para promover igualdade. Identifica a falta de incentivos financeiros como determinante para o abandono e aborda barreiras de acesso, adotando abordagem integrada. Reconhecendo a desconexão com a realidade dos estudantes, o programa oferece incentivos personalizados. Conclui-se que o Pé-de-Meia é uma medida proativa, fortalecendo o sistema educacional e avançando rumo à equidade educacional no Brasil.

Palavras-chave: Educação pública, Inclusão financeira, Igualdade de oportunidades, Evasão escolar, Programa Pé-de-Meia.

1 INTRODUÇÃO

A evasão escolar no ensino médio público brasileiro é um desafio complexo que atravessa diversas esferas, incluindo as desigualdades socioeconômicas, a escassez de estímulos financeiros, as lacunas no sistema educacional e os desafios pessoais enfrentados pelos alunos. As desigualdades socioeconômicas desempenham um papel crucial nesse cenário, afetando de maneira desproporcional os estudantes de baixa renda, cujo acesso a recursos fundamentais, como materiais didáticos e condições de vida adequadas, muitas vezes é limitado. Essa realidade contribui para a perpetuação do ciclo da pobreza, transformando a educação de potencial ferramenta de ascensão social em mais uma barreira.

Diante desse panorama desafiador, o Programa Pé-de-Meia surge como uma resposta governamental direcionada à mitigação desses obstáculos. Resultante do Decreto nº 11.901, essa iniciativa visa oferecer incentivos financeiros a estudantes de baixa renda matriculados no ensino médio público, abordando a questão da evasão sob a perspectiva econômica. O Pé-de- Meia busca reduzir as barreiras financeiras que frequentemente levam os alunos a abandonar os estudos, reconhecendo que a evasão escolar é mais do que um reflexo das deficiências individuais dos estudantes; é uma consequência de um sistema que nem sempre atende às necessidades específicas daqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

No contexto educacional brasileiro, a evasão no ensino médio público representa um desafio que compromete o acesso igualitário à educação. O Programa Pé-de-Meia, regulamentado pelo Decreto nº 11.901, emerge como uma estratégia governamental para mitigar essa evasão, oferecendo incentivos financeiros a estudantes de baixa renda. A pesquisa propõe uma análise aprofundada do Programa Pé-de-Meia, avaliando sua eficácia como instrumento de combate à evasão escolar e sua contribuição para a promoção da igualdade no acesso à educação.

A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender criticamente o Programa Pé-de-Meia como uma resposta estratégica do governo para superar os desafios educacionais. A evasão, influenciada por desigualdades socioeconômicas, falta de incentivos financeiros e barreiras de acesso, exige uma abordagem abrangente. O entendimento do papel do Pé-de-Meia nesse contexto é fundamental para embasar futuras políticas educacionais e promover um sistema mais inclusivo.

O objetivo principal da pesquisa é analisar a eficácia do Programa Pé-de-Meia na redução da evasão escolar e na promoção da igualdade de acesso à educação no ensino médio público brasileiro. Para alcançar esse propósito, busca-se compreender as metas do programa, avaliar sua implementação e examinar como os incentivos financeiros impactam a permanência dos estudantes.

A estrutura do artigo segue seções que exploram a evasão escolar no ensino médio público brasileiro, a legislação do Programa Pé-de-Meia, as questões relacionadas à desigualdade socioeconômica e a eficácia dos incentivos financeiros. A seção subsequente discute os resultados da pesquisa, destacando a correlação entre desigualdade e evasão, bem como a importância do Programa Pé-de-Meia. A conclusão enfatiza os principais achados e ressalta a necessidade de uma colaboração efetiva entre o Ministério da Educação e os sistemas de ensino para otimizar a distribuição de incentivos e fortalecer o programa como agente transformador na educação brasileira.

2 METODOLOGIA

A condução da pesquisa sobre o Programa Pé-de-Meia, originado pelo Decreto nº 11.901, foi realizada por meio da aplicação da técnica de análise documental como método de coleta de dados, alinhada à abordagem qualitativa. Seguindo a perspectiva de Lüdke e André (2015), a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse. Os documentos, ricos em informações, podem ser explorados com um propósito específico, fornecendo evidências fundamentais para as afirmações do pesquisador.

Conforme Melo e Souza (2024), a Análise Documental favorece o processo de maturação ou evolução do grupo estudado. Essa técnica valiosa de abordagem qualitativa se utiliza de documentos originais, ainda não submetidos a tratamento analítico, como cartas, telegramas, fotos, transcrições de entrevistas, entre outros, caracterizando fontes primárias.

Adicionalmente, abrangemos fontes secundárias, que já passaram por análise, como estatísticas e periódicos.

Iniciamos com uma revisão detalhada da legislação, focando no Decreto nº 11.901, para identificar as diretrizes e objetivos do Programa Pé-de-Meia. Posteriormente, revisamos e analisamos literaturas sobre evasão escolar, desigualdade socioeconômica, falta de incentivos financeiros e barreiras de acesso na educação.

A interpretação crítica da legislação e dos dados permitiu uma análise aprofundada dos desafios enfrentados pelos estudantes de baixa renda. Incorporamos também a visão de especialistas na área educacional, como Paulo Freire, para contextualizar a desigualdade socioeconômica no ambiente educacional.

A metodologia concluiu-se com a discussão dos resultados obtidos, relacionando as informações coletadas com os objetivos do Programa Pé-de-Meia. Incluímos reflexões sobre a eficácia do programa na promoção da igualdade de acesso à educação e na mitigação dos fatores que contribuem para a evasão escolar.

3 PROGRAMA PÉ-DE-MEIA: UMA RESPOSTA ESTRATÉGICA PARA MITIGAR A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO PÚBLICO

A Educação Básica no Brasil, conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, compreende a primeira etapa da educação escolar e abrange a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Essa estrutura educacional tem como objetivo proporcionar o desenvolvimento integral do educando, assegurando-lhe uma formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecendo-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

A Educação Infantil, primeira fase da Educação Básica, destina-se a crianças com até cinco anos de idade e tem caráter complementar à ação da família. Já o Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, atende a faixa etária dos 6 aos 14 anos e visa a formação básica do cidadão, proporcionando-lhe o desenvolvimento da capacidade de aprender, o fortalecimento dos vínculos familiares e a construção de valores éticos e sociais.

O Ensino Médio, fase conclusiva da Educação Básica, contempla a faixa etária de 15 a 17 anos. Sua função primordial é consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos nas etapas educacionais precedentes, capacitando os educandos para uma participação plena na sociedade e para a continuidade dos estudos, seja no ensino superior, cursos técnicos ou profissionalizantes. A Lei nº 12.061/09 instituiu uma nova responsabilidade para o Estado, buscando garantir a universalização do ensino médio. Essa concepção pressupõe que todas as pessoas em idade escolar, ou mesmo além dessa faixa etária, devem frequentar a escola ou, ao menos, ter acesso a uma vaga oferecida pelo Estado. Vale destacar que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estipula a obrigatoriedade dos adolescentes estarem matriculados e frequentando instituições de ensino.

No âmbito do direito à Educação, a assertiva de Silva e Leal (2022, p. 424) destaca que "[...] cabe ao Estado criar condições objetivas que propiciem o acesso pleno ao sistema educacional." Essa perspectiva enfatiza a responsabilidade do Estado em garantir oportunidades equitativas a todos os cidadãos no campo educacional.

Integrando-se a essa compreensão, o Programa Pé-de-Meia estabelece metas fundamentais, como a democratização do acesso ao ensino médio, o estímulo à permanência dos estudantes e a redução das taxas de retenção, abandono e evasão escolar. Além disso, visa promover a inclusão social por meio da educação, do desenvolvimento humano e da mobilidade social. O programa é direcionado a estudantes regularmente matriculados no ensino médio público, com idades entre 14 e 24 anos, e concede benefícios a membros de famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Vale ressaltar que é concedida prioridade aos estudantes que recebem

Bolsa Família, evitando, assim, duplidade de benefícios financeiro-educacionais. Essas iniciativas convergem para a construção de um cenário mais inclusivo e igualitário no âmbito educacional brasileiro.

No contexto da evasão escolar, conceituada por Riffel e Malacarne (2010), trata-se do ato de evadir-se, fugir, abandonar, desistir ou não permanecer em algum lugar. Especificamente no âmbito da evasão escolar, o termo refere-se à fuga ou abandono da escola em busca da realização de outras atividades. Para compreender adequadamente essa problemática, é vital apreender a diferenciação entre evasão e abandono escolar, conforme elucidado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Inep (1998), nessa perspectiva, "abandono" denota a situação em que um aluno se desvincula da escola, mas retorna no ano subsequente, enquanto "evasão" sugere que o aluno deixa a escola sem retorno ao sistema educacional.

Segundo a Constituição Federal, que estabelece que "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (Brasil, 1988), o compromisso constitucional brasileiro está fundamentado na garantia do direito à educação como um pilar essencial para o pleno desenvolvimento individual, o exercício da cidadania e a preparação para o mercado de trabalho.

No entanto, mesmo com a previsão constitucional desse direito, dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica 2020 revelam uma realidade preocupante. Apenas 65,1% dos brasileiros concluíram o Ensino Médio na idade esperada, até os 19 anos, sendo que esse percentual é ainda mais alarmante, atingindo 51,2% entre os alunos de baixa renda. Além disso, 12% dos brasileiros com idades entre 15 e 17 anos estão fora das salas de aula. Essas estatísticas evidenciam a magnitude do desafio enfrentado pelo sistema educacional brasileiro, destacando a urgente necessidade de estratégias eficazes para combater a evasão, especialmente entre os grupos mais vulneráveis socioeconômicos.

Os números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD - 2019), conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2019, corroboram essas preocupações ao constatar que 7% da população entre 15 e 17 anos estava fora do ambiente escolar. Esses dados ressaltam a persistência do índice de evasão escolar no ensino médio no Brasil, um fenômeno complexo influenciado por diversos fatores, incluindo desigualdades socioeconômicas, carência de incentivos financeiros e obstáculos de acesso.

Os números expressivos de jovens que abandonam os estudos indicam a necessidade premente de ações governamentais e programas específicos, como o recém-regulamentado Programa Pé-de-Meia. A evasão escolar não apenas compromete o futuro educacional e profissional dos estudantes,

mas também impacta negativamente o desenvolvimento social e econômico do país. O programa, ao instituir incentivos financeiros para estudantes de baixa renda no ensino médio público, busca enfrentar diretamente as causas da evasão, considerando a desigualdade socioeconômica, a falta de incentivos financeiros, as barreiras de acesso e a realidade individual dos estudantes. Reconhecendo e abordando os desafios específicos relacionados à evasão escolar no Brasil, o Programa Pé-de-Meia se apresenta como uma iniciativa crucial no esforço coletivo para construir um sistema educacional mais inclusivo e equitativo, promovendo um ambiente educacional mais favorável ao desenvolvimento integral dos estudantes brasileiros. A regulamentação do programa é uma resposta concreta à necessidade de mitigar a evasão escolar e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

4 COMBATENDO A DESIGUALDADES SOCIAIS COMO RESPOSTA A EVASÃO ESCOLAR

As desigualdades sociais representam disparidades significativas em diversos aspectos da vida das pessoas, como acesso a oportunidades, educação, saúde, trabalho e participação na vida pública. Esses diferenciais muitas vezes são profundamente enraizados em estruturas históricas, econômicas e culturais, perpetuando ciclos de vantagens e desvantagens ao longo das gerações.

Na contemporaneidade, os problemas sociais estão cada vez mais presentes, o que está diretamente ligado à implantação do neoliberalismo, elevando o número de pessoas em condições de pobreza, de exclusão e de subalternidade, aumentando a desigualdade social em grande magnitude e as consequências da atual recessão econômica promove ainda um volume mais agravante de marginalizados. (Meira, 2017, p. 25).

Atualmente, observa-se um aumento significativo nas questões sociais. Conforme apontado por Iamamoto (2010), a "questão social" não está restrita a problemas individuais, mas sim reflete expressões das contradições sociais inerentes ao sistema capitalista. Esse cenário está vinculado à implementação de políticas neoliberais. Isso resulta em um aumento no número de pessoas vivendo em condições de pobreza, exclusão e subalternidade. Além disso, a desigualdade social é ampliada significativamente, e os efeitos da atual recessão econômica contribuem para um cenário ainda mais agravante de marginalização social. A compreensão é de que a orientação neoliberal nas políticas econômicas pode estar exacerbando os desafios sociais, ampliando as disparidades socioeconômicas e gerando consequências negativas, especialmente em períodos de recessão econômica.

A desigualdade social é um desafio persistente que permeia diversos aspectos da sociedade, estendendo sua influência ao sistema educacional e moldando de maneira expressiva as trajetórias dos estudantes. No cenário educacional, essa disparidade frequentemente se traduz em obstáculos significativos para os estudantes de baixa renda, impedindo que eles dediquem o tempo e os recursos

adequados aos estudos, o que, por sua vez, pode resultar em taxas elevadas de evasão. De acordo com Costa et al. (2003, p. 12), em seu estudo aponta que:

Verificou-se que a necessidade de trabalho figura como o principal responsável pelo abandono escolar entre as idades de 14 a 29 anos. Em segundo plano tem-se fatores sociais e econômicos, como a falta de interesse, falta de dinheiro ou ainda gravidez. Em todos os casos que figuram como responsáveis de 80% da saída dos alunos, ou até mais, como em casos que chegam ao patamar de 86% das justificativas, vê-se fatores socioeconômicos como os principais motivadores ao processo de evasão.

A constatação de que a necessidade de trabalho é apontada como o principal motivo para o abandono escolar em idades entre 14 e 29 anos destaca a influência direta de fatores socioeconômicos nesse fenômeno. Essa realidade ressalta a urgência de abordar as questões econômicas que impactam a continuidade dos jovens na educação.

Ao observar que, em muitos casos, fatores socioeconômicos representam 80% ou mais das justificativas para a saída dos alunos, é evidente que medidas efetivas são necessárias para mitigar tais influências. O Programa Pé-de-Meia, regulamentado pelo Decreto em questão, surge como resposta a essa necessidade, buscando incentivar a permanência dos estudantes por meio de benefícios financeiros.

O decreto, ao instituir incentivos financeiros-educacionais, procura atuar diretamente nos desafios socioeconômicos que permeiam a evasão escolar. Proporcionar auxílio financeiro aos estudantes de baixa renda pode ser uma estratégia eficaz para mitigar a pressão da necessidade de trabalho como principal motivador do abandono escolar. Além disso, alinha-se com a visão expressa na Constituição Brasileira de 1988, que estabelece a promoção e o incentivo à educação como um direito de todos e um dever do Estado.

O acesso equitativo à educação é crucial para fomentar oportunidades iguais a todos os membros da sociedade. Entretanto, a desigualdade socioeconômica cria discrepâncias que impactam diretamente a jornada educacional dos estudantes, acarretando consequências prejudiciais, como a evasão escolar. A falta de recursos financeiros adequados figura como uma das principais barreiras enfrentadas pelos estudantes de baixa renda.

Paulo Freire (1987), renomado pedagogo e filósofo brasileiro, em sua obra "Pedagogia do Oprimido", destaca a importância da educação como instrumento de transformação social. Freire explora como as desigualdades sociais influenciam o acesso à educação e como a falta de recursos adequados pode ser uma forma de opressão. Sua análise aprofundada contribui para a compreensão da complexidade das barreiras enfrentadas por estudantes de baixa renda, fortalecendo, assim, a proposta do Programa Pé-de-Meia ao oferecer incentivos financeiros para mitigar tais obstáculos.

Bourdieu (1970), sociólogo francês, é outro autor que contribui significativamente para o entendimento das desigualdades sociais, especialmente no contexto educacional. Em "A Reprodução", ele examina como as estruturas sociais influenciam e perpetuam a desigualdade no sistema de ensino. Bourdieu argumenta que as instituições educacionais muitas vezes reproduzem as hierarquias sociais existentes, contribuindo para a manutenção de privilégios e exclusões. Destacando as condições de classe, cultura e capital simbólico, ele explora como esses elementos influenciam o sucesso ou fracasso dos indivíduos no sistema educacional.

A desigualdade socioeconômica, conforme discutido por Freire e Bourdieu, não apenas restringe o acesso a recursos materiais, mas também cria um ambiente desfavorável para o desenvolvimento acadêmico. Muitos estudantes de baixa renda enfrentam condições de vida desafiadoras, como moradia precária, acesso limitado a serviços de saúde e uma maior exposição a contextos socioeconômicos adversos. Esses desafios adicionais podem dificultar a concentração nos estudos e a participação ativa na vida escolar.

Assim, o enfrentamento da desigualdade socioeconômica se revela essencial para a construção de um sistema educacional mais justo e inclusivo. O Programa Pé-de-Meia, ao buscar fornecer incentivos financeiros significativos para estudantes de baixa renda, configura-se como uma iniciativa que visa atenuar as barreiras econômicas frequentemente associadas à evasão. Ao compreender e abordar a desigualdade socioeconômica, o programa busca criar um ambiente propício para a promoção da igualdade de oportunidades no acesso à educação, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

5 INCENTIVOS FINANCEIROS NA EDUCAÇÃO: SUPERANDO BARREIRAS PARA A PERMANÊNCIA ESCOLAR

A ausência de incentivos financeiros figura como um dos fatores determinantes que podem desestimular a permanência dos estudantes na escola, sobretudo para aqueles que enfrentam desafios econômicos significativos. Esse cenário revela uma realidade em que a falta de recursos financeiros adequados se transforma em uma barreira expressiva, comprometendo o engajamento e a continuidade dos alunos no ambiente educacional.

A educação é um investimento fundamental no desenvolvimento de uma sociedade, e o acesso contínuo a essa formação depende, em grande parte, da capacidade dos estudantes de superarem barreiras econômicas. Em muitas situações, a falta de incentivos financeiros pode desmotivar os alunos, levando à evasão escolar e impactando negativamente seu desenvolvimento educacional.

A questão se torna ainda mais crítica quando consideramos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Esses alunos frequentemente enfrentam dificuldades adicionais, como a necessidade de contribuir para a renda familiar, falta de acesso a materiais didáticos adequados e limitações para participar de atividades extracurriculares. A ausência de incentivos financeiros apropriados pode intensificar esses desafios, prejudicando não apenas a permanência na escola, mas também o desempenho acadêmico e as perspectivas futuras.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD, IBGE (2019),

Quando o contexto familiar do aluno é de uma família chefiada por um homem branco, com pelo menos a escolaridade média completa, renda alta e residente de área urbana, a chance deste aluno frequentar normalmente a escola é de, no mínimo, 79%. Quando se trata de famílias chefiadas por mulheres negras, analfabetas e de área rural, o índice máximo é de 65% no Estado do Maranhão e de 21,7% em Santa Catarina (Observatório de Educação).

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD (IBGE) de 2019 destacam a correlação entre o contexto familiar e as chances de um aluno frequentar regularmente a escola. A discrepância entre famílias chefiadas por homens brancos com níveis educacionais mais altos, renda elevada e residência urbana, em comparação com famílias lideradas por mulheres negras, analfabetas e residentes em áreas rurais, é alarmante. Essa discrepância ilustra a profunda influência das condições socioeconômicas e raciais no acesso à educação, evidenciando a necessidade urgente de políticas e programas que enfrentem essas disparidades. O Programa Pé-de-Meia, regulamentado pelo Decreto, emerge como uma iniciativa crucial nesse contexto, ao oferecer incentivos financeiros direcionados a estudantes em situação de vulnerabilidade, visando diminuir essas desigualdades educacionais e promover a igualdade de oportunidades.

Ao abordar a falta de incentivos financeiros, é crucial considerar as implicações dessa lacuna na promoção da igualdade de oportunidades educacionais. Estudantes que não veem recompensas tangíveis para seus esforços educacionais podem ser mais propensos a abandonar os estudos em busca de oportunidades que ofereçam retornos financeiros mais imediatos. Essa dinâmica cria um ciclo prejudicial de evasão e limitação das perspectivas de progresso social.

O Programa Pé-de-Meia, ao instituir incentivos financeiros-educacionais, emerge como uma resposta estratégica a essa problemática. Buscando mitigar os desafios econômicos enfrentados pelos estudantes de baixa renda, o programa oferece uma abordagem proativa para estimular a permanência na escola e promover a conclusão bem-sucedida do ensino médio. Ao reconhecer e combater a falta de incentivos financeiros como um obstáculo real, o Pé-de-Meia contribui para a construção de um

ambiente educacional mais inclusivo e igualitário, alinhado ao propósito fundamental de proporcionar oportunidades educacionais para todos, independentemente de sua condição socioeconômica.

As barreiras de acesso representam obstáculos substanciais que, muitas vezes, impedem estudantes de alcançarem e manterem sua participação no ambiente educacional. Entre essas barreiras, questões relacionadas ao transporte e a escassez de recursos financeiros emergem como fatores preponderantes que podem levar os estudantes a abandonarem os estudos.

O transporte, como uma barreira de acesso à educação, é particularmente significativo em regiões onde as escolas estão distantes das residências dos estudantes. A falta de infraestrutura de transporte acessível e confiável pode resultar em dificuldades para os alunos chegarem regularmente à escola. O desafio logístico apresentado por essa barreira pode criar uma situação em que os estudantes enfrentam longos trajetos, muitas vezes despendendo considerável tempo e esforço, o que pode influenciar negativamente seu comprometimento com a educação.

Além disso, a escassez de recursos financeiros pode se manifestar como uma barreira substancial. Estudantes que enfrentam carências econômicas muitas vezes lidam com a falta de acesso a materiais didáticos adequados, uniformes escolares, alimentação suficiente e até mesmo a impossibilidade de arcar com custos de transporte. Essas privações financeiras podem tornar a experiência educacional desafiadora e desmotivadora, contribuindo para o abandono escolar.

A falta de recursos também pode impactar a qualidade do ambiente de aprendizagem. Escolas que carecem de infraestrutura adequada, equipamentos modernos, bibliotecas bem fornecidas e espaços para atividades extracurriculares podem não proporcionar um ambiente propício ao aprendizado. Essas deficiências podem desencorajar os estudantes, tornando a experiência educacional menos atrativa e, consequentemente, levando ao abandono.

O Programa Pé-de-Meia, ao abordar as barreiras de acesso, busca criar um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo. Ao oferecer incentivos financeiros significativos, o programa visa mitigar as dificuldades econômicas enfrentadas pelos estudantes de baixa renda, contribuindo para superar as barreiras de transporte, garantir o acesso a materiais educacionais adequados e melhorar as condições gerais das escolas. Ao fazê-lo, o Pé-de-Meia almeja criar condições que incentivem os estudantes a superarem as barreiras de acesso, promovendo, assim, a permanência e conclusão bem-sucedida do ensino médio. Essa abordagem integrada reconhece a importância de remover obstáculos tangíveis e intangíveis para garantir que todos os estudantes tenham igualdade de oportunidades no acesso à educação.

A desconexão com a realidade dos estudantes representa um desafio significativo no contexto educacional, sendo um fator que pode contribuir substancialmente para a evasão escolar. A ausência

de programas que compreendam e enderecem as realidades individuais dos estudantes, especialmente no aspecto financeiro, pode resultar em falta de suporte adequado, desmotivação e, em última instância, no abandono dos estudos.

É essencial reconhecer que cada estudante traz consigo uma gama única de experiências, desafios e necessidades. A falta de consideração por esses aspectos individuais pode criar um ambiente educacional que não atende às demandas específicas de cada aluno. Quando os programas educacionais não estão alinhados com a realidade dos estudantes, incluindo suas condições socioeconômicas, a eficácia dessas iniciativas pode ser comprometida.

No caso específico do ensino médio público, a desconexão com a realidade dos estudantes pode manifestar-se na falta de programas de suporte financeiro que levem em conta as necessidades específicas de quem enfrenta dificuldades econômicas. A ausência de incentivos financeiros pode desencorajar a permanência e o engajamento dos estudantes, especialmente quando enfrentam desafios como a falta de recursos para material escolar, transporte ou até mesmo questões básicas como alimentação.

O Programa Pé-de-Meia busca abordar essa lacuna ao oferecer incentivos financeiros específicos e direcionados para estudantes de baixa renda. Ao considerar a realidade desses estudantes, o programa reconhece a importância de oferecer suporte financeiro para superar obstáculos tangíveis que podem impactar negativamente sua jornada educacional. Dessa forma, o Pé-de-Meia procura criar uma conexão mais eficaz entre as políticas educacionais e a realidade vivida pelos estudantes, contribuindo para a redução da evasão e promovendo uma educação mais inclusiva e alinhada com as necessidades individuais de cada aluno.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Programa Pé-de-Meia, estabelecido pelo Decreto nº 11.901, representa uma iniciativa governamental para abordar os desafios no cenário educacional do ensino médio público brasileiro. Nesta análise, avaliamos a eficácia do programa em lidar com questões educacionais, reduzir a evasão escolar e fomentar a igualdade de acesso à educação.

O Pé-de-Meia, ao fornecer incentivos financeiros desde a matrícula até o Enem, abrange diversas etapas do ensino médio, não apenas incentivando a entrada, mas também a permanência e conclusão bem-sucedida dos estudos. A pesquisa destaca que, em 2019, 7% da população entre 15 e 17 anos estava fora da escola, sublinhando a necessidade do programa diante da evasão escolar. Essa estratégia busca alcançar as metas cruciais de democratização do acesso e estímulo à permanência dos estudantes.

As desigualdades sociais, arraigadas em estruturas históricas, econômicas e culturais, permeiam vários aspectos da vida. O Programa Pé-de-Meia emerge como uma resposta concreta a essa disparidade, oferecendo incentivos financeiros direcionados a estudantes em situação de vulnerabilidade. A pesquisa destaca a correlação entre o contexto familiar e as chances de um aluno frequentar regularmente a escola, indicando a necessidade urgente de programas como o Pé-de-Meia para enfrentar essas disparidades educacionais.

A ausência de incentivos financeiros é identificada como um fator determinante para o abandono escolar, principalmente entre estudantes de baixa renda. A pesquisa destaca que a necessidade de trabalho é apontada como o principal motivo para o abandono escolar em idades entre 14 e 29 anos. O Programa Pé-de-Meia, ao instituir incentivos financeiros-educacionais, visa mitigar essa lacuna, alinhando-se à visão constitucional de promoção e incentivo à educação.

Barreiras de acesso, como transporte precário e escassez de recursos financeiros, são identificadas como obstáculos para a participação efetiva dos estudantes no ambiente educacional. O Programa Pé-de-Meia busca criar um ambiente mais inclusivo, oferecendo incentivos financeiros para superar desafios econômicos, melhorar as condições das escolas e garantir acesso a materiais educacionais adequados. Isso reflete uma abordagem integrada para promover a permanência e conclusão dos estudos.

A desconexão com a realidade dos estudantes é identificada como um desafio, contribuindo para a evasão escolar. O Pé-de-Meia busca endereçar essa lacuna, oferecendo incentivos financeiros específicos e direcionados para estudantes de baixa renda. Essa abordagem personalizada visa criar uma conexão mais eficaz entre as políticas educacionais e a realidade vivida pelos estudantes, contribuindo para a redução da evasão.

Em suma, o Programa Pé-de-Meia, resultante do Decreto nº 11.901, demonstra ser uma medida proativa e estruturada para fortalecer o sistema educacional brasileiro. Ao direcionar recursos aos estudantes que mais necessitam, busca criar um ambiente mais inclusivo e igualitário. A análise revela a importância do programa na promoção da igualdade de acesso à educação, mitigação das disparidades socioeconômicas e enfrentamento das barreiras que contribuem para a evasão escolar. O Pé-de-Meia se configura como um passo significativo na construção de um futuro educacionalmente equitativo para todos os brasileiros.

7 CONCLUSÃO

Os resultados da pesquisa destacam a relevância do Programa Pé-de-Meia como uma resposta estratégica do governo para superar os desafios presentes no cenário educacional do ensino médio

público brasileiro. Ao oferecer incentivos financeiros substanciais, o programa busca atender às necessidades específicas dos estudantes de baixa renda, combatendo a evasão escolar e promovendo a igualdade de oportunidades.

A análise revelou a conexão direta entre desigualdade socioeconômica e evasão escolar, ressaltando como a falta de incentivos financeiros e as barreiras de acesso impactam negativamente a permanência dos estudantes na escola. O Programa Pé-de-Meia, ao direcionar recursos financeiros diretamente aos estudantes em situação de vulnerabilidade, alinha-se com a missão constitucional de promover e incentivar a educação.

A discussão sobre a desconexão com a realidade dos estudantes destaca a importância de programas educacionais que compreendam e abordem as necessidades individuais dos alunos, especialmente no aspecto financeiro. O Pé-de-Meia emerge como uma iniciativa que busca criar uma conexão eficaz entre as políticas educacionais e a realidade vivida pelos estudantes, contribuindo para a redução da evasão e promovendo uma educação mais inclusiva. Em suma, os resultados apontam que o Programa Pé-de-Meia apresenta potencial significativo na promoção da inclusão e conclusão do ensino médio. No entanto, a colaboração entre o Ministério da Educação e os sistemas de ensino é crucial para garantir a eficácia na distribuição dos incentivos, tornando fundamental o compartilhamento de informações e a veracidade dos dados.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1970.

COSTA, Murilo Marques; PEREIRA, Alessandra dos Santos; PIRES, Roseli Vieira. Motivos de abandono escolar no brasil: análise de dados da PNAD contínua de 2019. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 15, n. 43, p. 104–120, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8111841. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/1615>. Acesso em: 14 fev. 2024.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Informe estatístico do MEC revela melhoria do rendimento escolar, 1998. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/c/journal/view_article_content?groupId=10157&articleId=19141&version=1.0>. Acesso em: 14 fev. 2024.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 2015.

MEIRA, Sônia Maria Simões. As expressões da questão social no setor educacional: um estudo de caso em Ouro Preto-MG. 2017. 67 f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas, 2017. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/1159/1/MONOGRAFIA_Express%C3%B5esSetorEducacional.pdf. Acesso em: 14 fev. 2024.

MELO, R. de J. de S.; SOUZA, A. A. C. As políticas de educação inclusiva na perspectiva do ensino de surdos no Município de Igarapé-MIRI/PA. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 17, n. 49, p. 01–22, 2024. DOI: 10.5281/zenodo.10465979. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/2989>. Acesso em: 14 fev. 2024.

OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO ENSINO MÉDIO E GESTÃO. Evasão escolar e o abandono: um guia para entender esses conceitos. Disponível em: https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/abandono-evasao-escolar/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQiA5rGuBhCnARIsAN11vgSaRufR-8PXim7hpq674Piem5TpJQLhuumM4AjIFIRMoU5LSCi1V0aAvCYEALw_wcB. Acesso em: 14 fev. 2024.

RIFFEL, Sonia Marmol; MALACARNE, Vilmar. Evasão escolar no ensino médio: o caso do Colégio Estadual Santo Agostinho no Município de Palotina - PR, 2010. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1996-8.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2024.

SILVA, C.; LEAL, R. G. “Os programas constituidores da política pública educacional voltados à educação básica”. *Revista de Investigações Constitucionais*, vol. 9, n. 2, 2022.